



ESTADO DO PIAUÍ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**LIDO NO EXPEDIENTE**

Em, 15 / 04 / 09

1º Secretário

**Resolução nº 018/2009, em 02 de abril de 2009.**

**Altera os arts. 8º, 16, 48, 60 e 63 e acrescenta o art. 71-A à Lei Complementar Estadual nº 115, de 25 de agosto de 2008, que "Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí e dá outras providências".**

**O EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** que a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual nº 115, de 25 de agosto de 2008, evidenciou a necessidade de seu aprimoramento, para atender às necessidades atuais e futuras do Poder Judiciário Estadual;

**CONSIDERANDO** que o aperfeiçoamento da estrutura administrativa é atribuição inerente ao Estado, inclusive para atendimento ao princípio constitucional da eficiência;

**CONSIDERANDO**, finalmente, que tal aperfeiçoamento é ainda mais indispensável no Poder Judiciário, de inúmeras atribuições e parcos recursos financeiros,

**R E S O L V E :**

Art. 1º Aprovar, em Sessão Plenária Ordinária, de caráter judicial, realizada em 02 de abril de 2009, e encaminhar à Assembléia Legislativa o anexo Projeto de Lei Complementar, propondo a alteração da Lei Complementar nº 115, de 25 de agosto de 2008, que "Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí e dá outras providências".

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 05/2009, DE 02 DE ABRIL DE 2009**

Altera a Lei Complementar nº 115, de 25 de agosto de 2008, que "Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí e dá outras providências".



ESTADO DO PIAUÍ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ**

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Acrescenta o inciso IV, com as alíneas “a”, “b” e “c”, ao art. 8º da Lei Complementar nº 115, de 25.08.2008, com a seguinte redação:

“Art.8º.....  
.....

IV – ao Assessor Jurídico de Gabinete de Juiz de Entrância Final compete:

- a) exercer atividades de maior complexidade, na respectiva área de atuação;
- b) realizar serviços de natureza técnica/administrativa ou judiciária na respectiva área de atuação, envolvendo matéria que exija conhecimentos jurídicos;
- c) assessorar o Juiz na apreciação e despacho de processos de sua competência.”

Art. 2º O § 2º do art. 16 da Lei Complementar nº 115, de 25.08.2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.16.....  
.....

§ 2º Para a carreira de Analista Processual, no concurso público, será exigida a elaboração de peça jurídica e/ou parecer.

.....”

Art. 3º Altera o § 2º e acrescenta o § 4º, ambos do art. 48 da Lei Complementar nº 115, de 25.08.2008, com a seguinte redação:

“Art.48.....  
.....

§ 2º Somente bacharéis em Direito podem ser investidos nos cargos em comissão de Secretário-Geral, Secretário de Assuntos Jurídicos, Secretário Judiciário, Secretário de Serviços Cartorários Cíveis, Secretário de Serviços Cartorários Criminais e Secretário da Corregedoria-Geral da Justiça.

.....  
§ 4º Somente bacharel em Direito ou Administração pode ser investido no cargo de Secretário de Administração e Pessoal.”



ESTADO DO PIAUÍ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Art. 4º Acrescenta o § 3º ao art. 60 da Lei Complementar nº 115, de 25.08.2008, com a seguinte redação:

“Art.60.....  
.....

§ 3º Servirão junto a cada Secretaria Cartorária do Tribunal de Justiça três Oficiais de Justiça e Avaliador da Comarca da Capital”.

Art. 5º Dá nova redação ao art. 63, *caput*, e aos seus §§ 1º e 2º, e acrescenta o § 3º, da Lei Complementar nº 115, de 25.08.2008, com a seguinte redação:

“Art. 63 Para cada Vara existirá uma Secretaria com as funções previstas em resolução do Tribunal.

§ 1º A Secretaria de Vara de entrâncias inicial e intermediária é composta por:

I – um Escrivão Judicial, que exercerá o cargo de Secretário da Vara;

II – dois Analistas Judiciais;

III – dois Oficiais de Justiça e Avaliador;

IV - um Técnico Administrativo.

§ 2º A Secretaria de Vara de entrância final é composta por:

I – um Escrivão Judicial, que exercerá o cargo de Secretário da Vara;

II – três Analistas Judiciais;

III – três Oficiais de Justiça e Avaliador

IV – um Técnico Administrativo.

§ 3º Onde houver mais de um Escrivão Judicial, caberá ao respectivo Juiz a indicação do que deve exercer o cargo de Secretário”.

Art. 6º Acrescenta o art. 71-A à Lei Complementar nº 115, de 25.08.2008, com a seguinte redação:

“Art. 71-A. Ficam criados os cargos de Assessor Jurídico de Gabinete de Juiz de Entrância Final nos Anexos I e II, desta Lei Complementar.”

Art. 7º Os anexos I e II da Lei Complementar nº 115, de 25.08.2008, acrescidos do cargo de Assessor Jurídico de Gabinete de Juiz de Entrância Final, passam a vigorar com a seguinte redação:

“ANEXO I”

TABELA DE TRANSFORMAÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS DO PODER JUDICIÁRIO

SITUAÇÃO					
GRUPO FUNCIONAL	ÁREAS	CARREIRAS	NÍVEIS	REFERÊNCIAS	CARGOS



ESTADO DO PIAUÍ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

		(...)	(...)	(...)	(...)
ANALISTA JUDICIÁRIO	JUDICIÁRIA	ASSESSOR JURIDICO DE GABINETE DE JUIZ DE ENTRÂNCIA FINAL	11 A 15	I,II, III	74
	APOIO ESPECIALIZADO	ANALISTA DE SISTEMA	11 A 15	I,II,III	16
		(...)	(...)	(...)	(...)

.....”

“ANEXO II”

NOVA ESTRUTURA DOS CARGOS EFETIVOS DO PODER JUDICIÁRIO

GRUPO FUNCIONAL	ÁREAS	CARREIRAS	NÍVEIS	REFERÊNCIAS
ANALISTA JUDICIÁRIO	JUDICIÁRIA	(...)	(...)	(...)
		ASSESSOR JURÍDICO DE GABINETE DE JUIZ DE ENTRÂNCIA FINAL	11 A 15	I, II, III
	(...)	(...)	(...)	(...)

.....”

Art. 8º Fica elevada de 1 (um) para 3 (três) a quantidade de cargos de Assessor Judiciário, da Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça, constante do Quadro XIII, do Anexo III, da Lei Complementar nº 115, de 25.08.2008.

Art. 9º Ficam mantidos todos os Anexos da Lei Complementar nº 115, de 25.08.2008, não modificados por esta Lei Complementar.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário e sua implantação fica condicionada ao atendimento dos requisitos previstos na Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

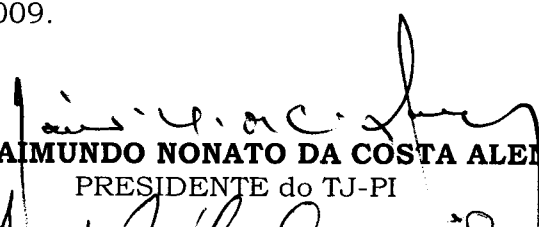
Art. 11. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.



ESTADO DO PIAUÍ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

**SALA DAS SESSÕES DO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO**, em Teresina  
(PI), 02 de abril de 2009.

  
DES. **RAIMUNDO NONATO DA COSTA ALENCAR**  
PRESIDENTE do TJ-PI

  
DES. **JOSÉ RIBAMAR OLIVEIRA**  
VICE-PRESIDENTE

  
DESA. **ROSIMAR LEITE CARNEIRO**  
CORREGEDORA-GERAL DA JUSTIÇA

DES. **FERNANDO CARVALHO MENDES**  
VICE-CORREGEDOR

  
DES. **LUIZ GONZAGA BRANDÃO DE CARVALHO**

DES. **EDVALDO PEREIRA DE MOURA**

DESA. **EULÁLIA MARIA RIBEIRO GONÇALVES NASCIMENTO**  
**PINHEIRO**

  
DES. **ANTONIO PERES PARENTE**

DES. **HAROLDO OLIVEIRA REHEM**

DES. **RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO**

  
DES. **VALÉRIO NETO CHAVES PINTO**

  
DES. **JOAQUIM DIAS DE SANTANA FILHO**

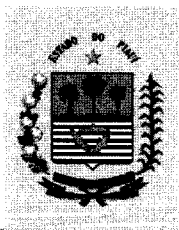


ESTADO DO PIAUÍ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DES. FRANCISCO ANTONIO PAES LANDIM FILHO

  
DES. SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS

  
DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA



## Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça

para os devidos fins.

Em 23/04/09

Elcarg

Conceição de Maria dos S. Caldeira  
Chefe do Núcleo Consultivo Técnico

Do Deputado João Madison

para ciência.

Em 23/04/09

mt ms.

Presidente do Conselho de Administração



ESTADO DO PIAUÍ  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 05/09**

**PROCESSO AL – 806/09**

**AUTOR: TRIBUNAL DE JUSTIÇA – PODER JUDICIÁRIO**

**RELATOR: JOÃO MÁDISON**

**I – RELATÓRIO**

Encaminhado a esta relatoria nos termos do Art. 47, Inciso VI, do Regimento Interno, a proposição para emitir o parecer conforme dispõe os arts. 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal já elencado, a referida proposição que **Altera os arts. 8º, 16, 48, 60 e 63 e acrescenta o art. 71-A à Lei Complementar Estadual nº 115, de 25 de agosto de 2008, que “Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí e dá outras providências”**.

A proposição faz parte do Processo Legislativo art. 73, III, 75, 62, inciso II e 116 da Constituição Estadual e 96, inciso I alínea “b” da Constituição Federal combinado com os arts. 96, inciso I, alínea “b” e 105 do Regimento Interno.

Fica elevada de 1 (um) para 3 (três) a quantidade de cargos de Assessor Judiciário, da Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça, constante do Quadro XIII, do Anexo III, da Lei Complementar nº 115, de 25.08.2008.

As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário e sua implantação fica condicionada ao atendimento dos requisitos previstos na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

**II – VOTO DO RELATOR**

Visto e analisado o relatório por a proposição se encontrar nos dispositivos regimental constitucional e de boa técnica legislativa, somos de parecer favorável a sua normal tramitação e aprovação.

**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ**, Teresina, 22 de maio de 2009.

Dep. **JOÃO MADISON**  
Relator

APROVADO A UNANIMIDADE
em, 26 / 05 / 09
Presidente da Comissão de Justiça

Obs  
Com abstenção do  
Dep. Madson Mendes





## Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de  
Adm. Pública  
para os devidos fins.

Em 26 / 05 / 09

Elvany

Conceição de Maria Lagoes Rodrigu  
Chefe do Núcleo Comissão Técnicas

Ao Deputado Leal Zúñiga

para relatar.

Em 26 / 05 / 09

Leal Zúñiga  
Presidente Comissão de Administração  
Pública



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
GAB. DEP. LEAL JÚNIOR**

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 005/09**

**ASSUNTO:** Altera a Lei Complementar nº 115, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre o plano de carreiras e remuneração dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí e dá outras providências.

**AUTOR:** PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**RELATOR:** DEP. LEAL JÚNIOR

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei Complementar de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, pelo qual se altera a Lei Complementar nº 115, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre o plano de carreiras e remuneração dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí e dá outras providências.

O presente projeto de lei visa alterar os artigos 8º, 16, 48, 60 e 63 e acrescentar o art. 71-A à Lei Complementar Estadual nº 115.

Especificamente se dispõe sobre a alteração na estrutura do Poder Judiciário, com o aperfeiçoamento da sua estrutura administrativa e de serviços, alterando-se requisitos para a investiduras em alguns cargos, atribuições de assessores, denominações, etc..

Assinatura manuscrita em tinta preta, consistindo de uma letra inicial estilizada seguida por uma traço diagonal descendente.

As despesas decorrentes do projeto em questão correrão por conta da dotação do referido Poder, art. 10º.

O projeto fora aprovado à unanimidade pela Comissão de Constituição e Justiça da ALEPI.

É o relatório.

## **II - FUNDAMENTAÇÃO**

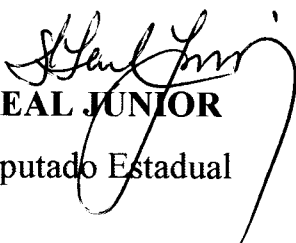
Com as modificações propostas no presente projeto de Lei Complementar, pelo qual se altera a Lei Complementar nº 115, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre o plano de carreiras e remuneração dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí, visa-se dar mais efetividade à prestação jurisdicional, atendendo à crescente demanda processual, com o aprimoramento da estrutura organizacional do Poder.

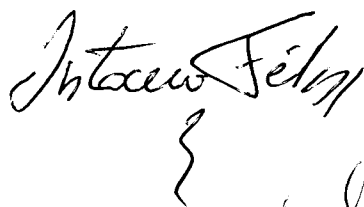
As modificações elencadas, ou seja, o aperfeiçoamento da estrutura administrativa, procuras dar mais eficiência à prestação do referido serviço público.

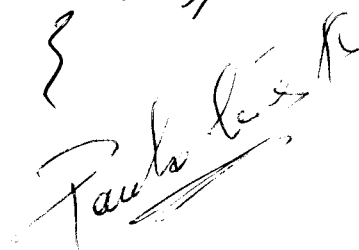
**DO EXPOSTO**, com fulcro no art. 34, II, do Regimento Interno, somos de parecer favorável pela aprovação do presente projeto de lei complementar.

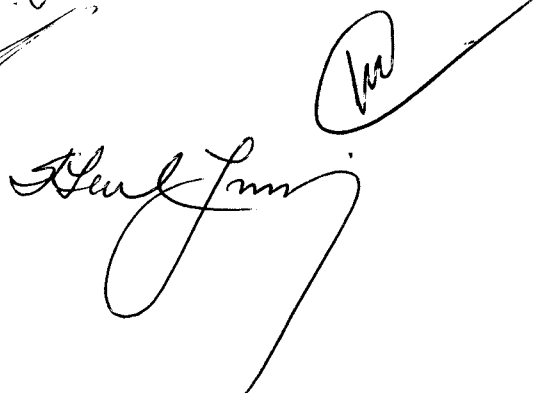


**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA  
LEGISLATIVA DO PIAUÍ, 09 DE JUNHO DE 2009**

  
**LEAL JUNIOR**  
Deputado Estadual







PROVADO A ORIENTAÇÃO
m. 24 / 06 / 09
Presidente da Comissão de
Ad. Pública